



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

15/05/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Inflação acumulada no Brasil é a menor desde outubro de 2020 e pressão por redução dos juros aumenta

A divulgação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, que desacelerou em abril para 0,61%, ante alta de 0,71% em março, associado à variação acumulada nos últimos 12 meses (4,18%), deverá pressionar o Banco Central a reduzir a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, menor patamar desde outubro de 2020.

De acordo com o Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta de inflação para este ano é 3,25%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A meta será cumprida se ficar entre 1,75% e 4,75%. O resultado de abril, portanto, ficou abaixo do teto da meta. No ano passado, a inflação acumulada foi de 5,79%, acima da meta estipulada pelo segundo ano consecutivo.

O Banco Central, responsável pela política monetária, alega que a manutenção da taxa de juros no atual patamar é necessária para conter a pressão inflacionária. Os juros básicos estão no nível máximo em seis anos. O Brasil tem hoje a maior taxa de juros real do mundo.

Por outro lado, o nível elevado compromete a retomada do crescimento econômico do Brasil e encarece o crédito, o que tem provocado severas críticas à autoridade monetária por parte do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de integrantes do governo e da indústria.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 15 de maio.

INPC de abril sobe 0,53% ante alta de 0,64% em março, revela IBGE

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) teve alta de 0,53% em abril, após uma elevação de 0,64% em março, segundo dados divulgados na manhã desta sexta-feira, 12, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o índice acumulou alta de 2,42% no ano. A taxa em 12 meses mostrou elevação de 3,83%, ante taxa de 4,36% até março. O INPC mede a variação dos preços para as famílias com renda de um a cinco salários mínimos e chefiadas por assalariados.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 15 de maio.

Valorização do salário mínimo pode pressionar arcabouço fiscal no futuro, dizem economistas

Plataforma de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a política de valorização do salário mínimo pode pressionar a sustentabilidade do arcabouço fiscal desenhado pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) nos próximos anos.

É possível que o salário mínimo avance num ritmo mais célere do que a regra geral das despesas, o que tem sido apontado por economistas como uma incongruência entre políticas.

A medida deve custar R\$ 82,4 bilhões entre 2024 e 2026, segundo estimativa do governo. Só no ano que vem, o cálculo indica um gasto extra de R\$ 18,1 bilhões, ainda não contemplado na proposta de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Nos anos seguintes, o impacto será ainda maior: R\$ 25,2 bilhões em 2025 e R\$ 39,1 bilhões em 2026.

A proposta de Lula resgata a fórmula já usada em gestões petistas: reajuste pela inflação mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos antes.

Já a regra fiscal diz que o limite de despesas cresce o equivalente a 70% da alta real das receitas (que está diretamente ligada ao ritmo da atividade econômica), respeitando um teto de alta real de 2,5% ao ano.

Em um cenário de aceleração do PIB, como é almejado por Lula, o descompasso entre a correção do piso nacional e a regra fiscal ficaria ainda mais evidente, dado que o crescimento dos salários e benefícios ultrapassaria cada vez mais a correção do limite de gastos.

O Ministério da Fazenda foi procurado para comentar as avaliações, mas não respondeu até a publicação deste texto.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 14 de maio.

Revisão do FGTS: mudança na remuneração pode reduzir investimentos públicos, diz Caixa

A presidente da Caixa Econômica Federal, Rita Serrano, afirmou nesta sexta-feira (12) que mudanças na remuneração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) podem reduzir os investimentos públicos feitos com recursos do fundo.

A Caixa não toma decisões sobre o FGTS (quem faz isso é o conselho curador do fundo), mas o banco é o agente operador. "Qualquer mudança na remuneração do FGTS pode ter um impacto em investimentos públicos", afirmou Rita.

Ela também acrescentou esses investimentos podem ficar mais caros. As declarações foram dadas na coletiva de imprensa para comentar os resultados do banco público no primeiro trimestre (lucro de R\$ 1,9 bilhão, queda anual de 23,9%).

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar uma possível mudança na regra de remuneração do fundo, que aumentaria a rentabilidade dos recursos dos trabalhadores, mas a análise foi suspensa após pedido de vista do ministro Nunes Marques.

A presidente da Caixa disse que é preciso considerar que o perfil da força de trabalho no Brasil mudou, com mais informalidade, e que isso por si só já pressiona o crescimento do FGTS (que recebe contribuições sobre vagas com carteira assinada).

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 15 de maio.

Senado aprova projeto que amplia direito à aposentadoria especial do INSS

O Senado aprovou na última quarta-feira (10) um projeto de lei complementar que regulamenta a concessão da aposentadoria especial por periculosidade, que ofereça risco à saúde ou à integridade física. O texto foi aprovado por 66 a 0 e segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto estabelece critérios para a caracterização da periculosidade que estavam pendentes desde a aprovação da reforma da Previdência, em novembro de 2019. O texto inclui guardas municipais, pessoas que fazem serviço de vigilância, pilotos, copilotos, comissários de bordo e profissionais que atuam em estações, subestações e na manutenção do sistema de energia elétrica entre as profissões com este direito.

Outra mudança foi a inclusão de um benefício para quem trabalha com mineração de subsolo ou de rampa de superfície, ou trabalhadores com exposição a amianto e asbestos. Este pagamento dependerá da permanência na atividade a um período maior do que o limite exigido para a aposentadoria.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, sábado 13 de maio.

Foto em rede social pode ser prova de união e garantir pensão do INSS

O TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) determinou, no fim de abril, o restabelecimento da pensão por morte do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) de uma manipuladora de pescados que comprovou união estável por meio de uma foto em rede social, além dos depoimentos de testemunhas.

Segundo o relato da segurada —uma mulher de 60 anos que mora em Navegantes (SC)—, depois que o companheiro faleceu em um acidente de moto em 2017, a pensão só foi concedida por quatro meses. Ela ajuizou uma ação em 2020 para voltar a receber o benefício, mas o pedido foi negado pela 4ª Vara Federal de Itajaí (SC).

No TRF4, o desembargador Paulo Afonso Brum Vaz chegou à conclusão de que, além do início de prova material com a foto em rede social, as testemunhas asseguraram que o vínculo do casal começou em junho de 2015, antes da morte do segurado.

Segundo especialistas ouvidos pela Folha, o uso de fotos de redes sociais para comprovar o vínculo é um meio legítimo e útil nos casos que reivindicam a pensão por morte, mas não é reconhecido pelo INSS de forma administrativa.

"Eu já me deparei com situações em que as pessoas não tinham um documento sequer e viveram [juntas] por 20, 30 anos, principalmente pessoas pobres, que ficam mudando de casa o tempo todo e não têm a cultura de guardar documento. Mas, normalmente, os pedidos de pensão por morte são formados por uma coletânea de provas.", diz Rômulo Saraiva, advogado especialista em Previdência e colunista da Folha. Saiba mais em: Folha de São Paulo, domingo 14 de maio.